



## **ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2022**

**FLORART PAISAGISMO LTDA.**, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 36.831.212/0001-68, por seu representante legal, vem tempestivamente à presença de Vossa Senhoria com fundamento no artigo 30 e seus incisos da Lei Federal n. 8.666/93 e com fundamento no Item 12 do Edital convocatório do pregão em epígrafe, oferecer

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

supracitado pelas razões a seguir expostas:

### **DOS FATOS E DO DIREITO**

O edital de licitação em epígrafe, cujo objeto é “

a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem e de serviços de limpeza, tratamento e manutenção do espelho d'água (do Palácio da Justiça - Edifício Sede), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas dependências e instalações do Ministério da



Justiça e Segurança Pública, Arquivo Central, Arquivo Nacional e Força Nacional, a serem executados no Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos” que em seu item 09 trata da apresentação dos documentos de habilitação, erra em não exigir para a licitação, registro da empresa, bem como, do engenheiro agrônomo responsável, nos órgãos de fiscalização.

Quanto à exigência de qualificação técnica para habilitação em processos licitatórios, é indubitável a sua necessidade e importância já que é por meio da qualificação técnica que a empresa participante irá comprovar a sua capacidade técnica-operacional para atender ao objeto do certame.

O artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 deixa bem claro a necessidade de exigência de qualificação técnica no processo licitatório, trazendo a seguinte redação:

*“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na **entidade profissional competente**;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*...*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a:*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de*

*responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (...)*”

O TJDF manifestou-se a respeito da matéria em discussão:

*A Administração Pública tem o dever de exigir, para execução de serviços, que os concorrentes ofereçam garantias de executar a contento, sendo lícito exigir provas da capacidade técnica (Parecer do TJDF. ROMS ° 3432/DF. DJ 9 ago. 1994. Seção 3. P. 9097)*

Manifestou-se também o STJ:

*É de vital importância no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade eficiência e resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa (Parecer do STJ Recurso Especial nº 144.750 – São Paulo 1997/0058245-0, DJ 185 de 25/09/2000, Seção 1, p. 68)*

É preciso entendermos que a exigência de qualificação técnica em processo licitatório tem como único objetivo, a prestação de garantia para a Administração Pública de que o serviço que será licitado, será executado por empresa com capacidade técnica para isso. Garantia de que a empresa possui condições mínimas para executar com presteza e segurança o serviço ora licitado. No presente caso essa garantia deve acontecer por meio da exigência de:

- a) Registro ou inscrição da empresa na entidade competente, que em se tratando de serviços de Manutenção de Áreas Verdes a entidade competente é o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;



- b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, com o devido registro no órgão fiscalizador, com a emissão da Certidão de Acervo Técnico – CAT.

Ressaltando que os serviços de manutenção de áreas verdes, são prestados por empresas do segmento de paisagismo, registrada ou inscrita no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, tendo como responsável técnico o Engenheiro Agrônomo ou Florestal.

A respeito da mesma matéria, tratando-se de outra licitação, manifestou-se o CREA-GO:

*“Assim sendo, face às atividades constantes no objeto do edital estarem diretamente relacionadas com a área da agronomia, tais como: descupinização, eliminação de pragas e doenças, correção do solo, poda de árvores, conservação das áreas verdes, recomposição vegetal, compostagem de restos vegetais, remoção de árvores etc, **obrigatoriamente, a empresa com interesse em participar do referido processo licitatório, deverá possuir perante o Crea-GO Certidão de Acervo Técnico – CAT compatível com os serviços a serem executados e responsável técnico engenheiro agrônomo ou técnico agrícola/ agropecuário, para responsabilizar-se pelas atividades a serem executadas.** (destacamos).*

e conclui:

*“Com efeito, deve ser ressaltado que as pessoas jurídicas não registradas no Crea da respectiva região, que executarem qualquer atividade referente a engenharia ou agronomia, pratica exercício ilegal da profissão capitulado no artigo 6º da Lei nº 5.194/66, sem considerar que estão sujeitas as penalidades*



*previstas na lei de contravenções penais, artigo 76 da referida lei”.*

Concluindo, é claro e transparente que existem erros no supracitado edital de licitação.

É necessária a exigência do registro da empresa licitante na entidade profissional competente.

Importante e necessário também a exigência de Atestado de Qualificação Técnica para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, com o devido registro no órgão, através da apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT.

## **DO PEDIDO**

**DIANTE DO EXPOSTO, REQUER** o provimento da presente impugnação, para que sejam sanados os erros existentes, pois as ilegalidades apresentadas trarão máculas ao interesse público.

Termos em que pede e aguarda deferimento

Goiânia, 28 de outubro de 2022.

  
Marcelo Bueno Fernandes  
Sócio Gerente

